



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2014

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2014, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, José Melo, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Lei Federal 4.320/64. Em cumprimento à Constituição Estadual, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.916, de 01 de Agosto de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2014, e na Lei nº 3.978, de 26 de dezembro de 2013 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 14,600 bilhões, sendo R\$ 10,903 bilhões do orçamento fiscal e R\$ 3,698 bilhões da seguridade social, que somados aos investimentos das empresas do Estado com R\$ 289 milhões, totalizam R\$ 14,890 bilhões.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



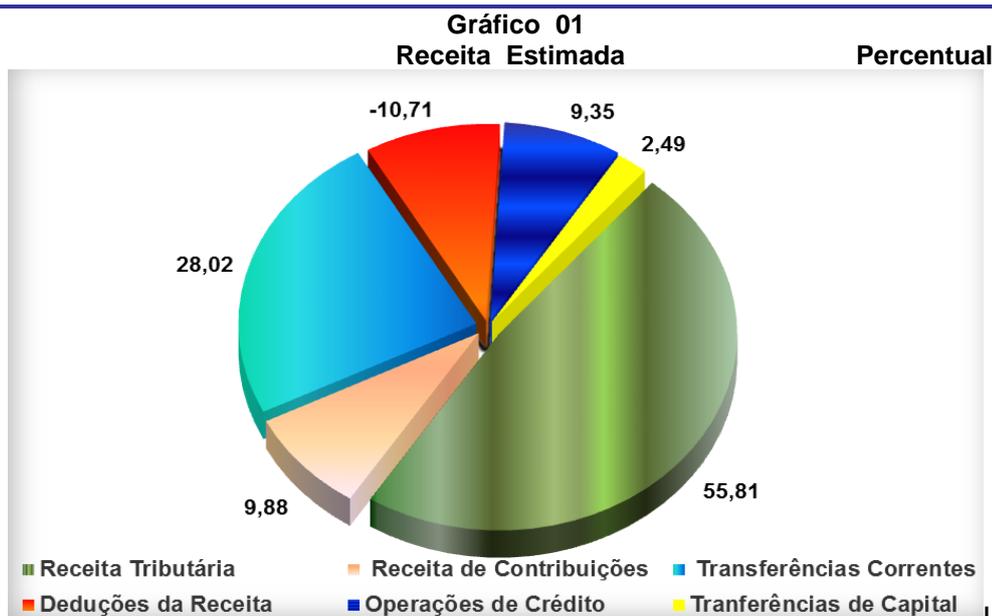
1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2014, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$ 14,600 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB com R\$ 1,564 bilhão. Destacam-se as participações das fontes de receita tributária, com percentual de 55,81% e transferências correntes, com 28,02%, conforme demonstramos na tabela 01.

ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS ESTIMADAS	R\$ Mil PART. %
RECEITAS CORRENTES	14.097.456	96,55
Receita Tributária	8.147.000	55,81
Receita de Contribuições	1.442.850	9,88
Receita Patrimonial	172.880	1,18
Receita Industrial	2.000	0,01
Receita de Serviços	152.340	1,04
Transferências Correntes	4.091.246	28,02
Outras Receitas Correntes	89.140	0,61
RECEITAS DE CAPITAL	1.767.914	12,11
Operações de Crédito	1.364.400	9,35
Alienação de Bens	420	0,00
Amortização de Empréstimos	50	0,00
Transferências de Capital	364.244	2,49
Outras Receitas de Capital	38.800	0,27
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	299.050	2,05
Receita de Contribuições	247.050	1,70
Receita Patrimonial	500	0,00
Receita Industrial	13.500	0,09
Outras Receitas Correntes	38.000	0,26
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.563.948)	(10,71)
TOTAL	14.600.472	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 01 apresentamos as cinco principais receitas e a dedução para o FUNDEB.



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.978 de 26 de dezembro de 2013 – LOA, as despesas para o exercício de 2014 foram fixadas no valor de R\$ 14,600 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Destacamos a despesa intraorçamentária, modalidade 91 com R\$ 290 milhões em pessoal e R\$ 49 milhões em outras despesas correntes, conforme demonstramos na tabela 02 e gráfico 02.

Tabela 02
Despesa Fixada

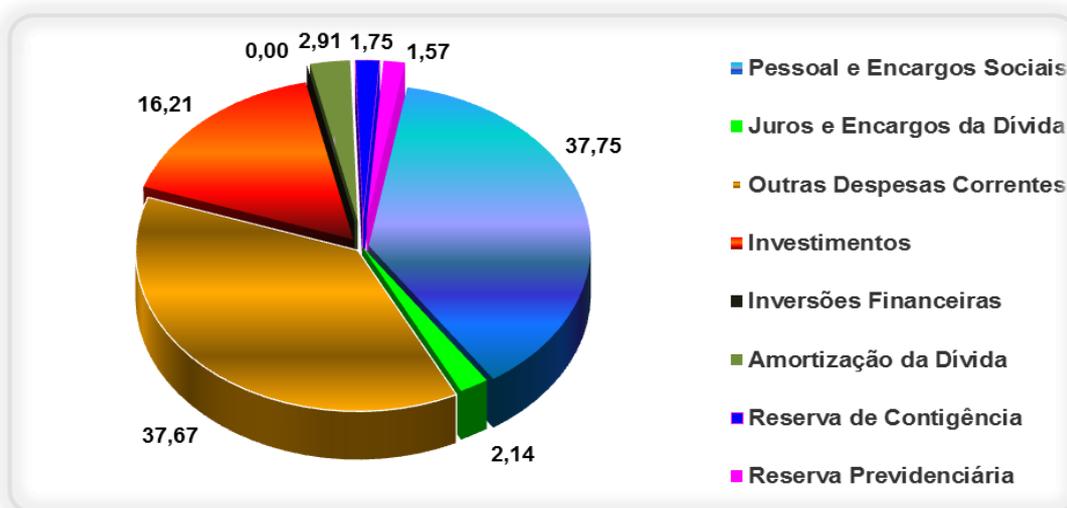
CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	R\$ Mil PART. %
DESPESAS CORRENTES	11.321.680	77,56
Pessoal e Encargos Sociais	5.510.108	37,75
d/q modalidade 91	290.488	1,99
Juros e Encargos da Dívida	312.279	2,14
Outras Despesas Correntes	5.499.293	37,67
d/q modalidade 91	49.568	0,34
DESPESAS DE CAPITAL	2.791.605	19,12
Investimentos	2.367.048	16,21
Inversões Financeiras	6	0,00
Amortização da Dívida	424.551	2,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	257.195	1,75
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	229.992	1,57
TOTAL DA DESPESA	14.600.472	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02
Despesa Fixada

Percentual



Nota: Considerando as Despesas na Modalidade 91

1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2014 o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram 14,36%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. ORÇAMENTO INICIAL	14.600.472
2. CRÉDITOS ADICIONAIS	10.404.816
2.1 Suplementares	10.352.031
2.2 Especiais	52.785
3. CRÉDITOS ANULADOS	8.308.461
3.1 Orçamentários e Suplementares	8.308.461
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	16.696.827
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	14,36

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 04 demonstramos as alterações orçamentárias por grupo de despesa evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final, destacamos o grupo Inversões Financeiras com variação de 378.415,38% em relação ao crédito inicial, face a abertura de crédito para aumento de capital para as empresas públicas dependentes.



Tabela 04
Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA					R\$ Mil
	CRÉDITO INICIAL	SUPLEMEN- TAÇÕES	ANULAÇÕES	CRÉDITO AUTORIZADO	VAR. %
1. Pessoal e Encargos	5.510.108	1.499.739	991.613	6.018.234	9,22
2. Juros e Encargos da Dívida	312.279	50.141	102.744	259.676	(16,84)
3. Outras Despesas Correntes	5.499.293	4.350.588	2.856.286	6.993.595	27,17
4. Investimentos	2.367.048	4.216.463	3.746.206	2.837.305	19,87
5. Inversões Financeiras	6	34.436	11.731	22.711	378.415,58
6. Amortização da Dívida	424.551	241.193	334.597	331.147	(22,00)
9. Reserva de Contingência	487.187	12.256	265.284	234.159	(51,94)
TOTAL	14.600.472	10.404.816	8.308.461	16.696.827	14,36

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2 GESTÃO DA RECEITA

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado.

A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 15,546 bilhões que, comparada a receita estimada de R\$ 14,600 bilhões, conforme a LOA, apresenta um excesso nominal de 6,47% ou R\$ 945 milhões já considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,616 bilhão, que representa 10,40% do total da receita arrecadada. Na tabela 05 e gráfico 03 demonstramos a execução da receita por categoria econômica.

Destacamos as Receitas Intraorçamentárias que foi na ordem de R\$ 391 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338 de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis.



Tabela 05
Execução da Receita por Categoria

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	DIFERENÇA	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	14.097.456	15.096.529	999.073	7,09	97,12
Tributária	8.147.000	8.555.229	408.229	5,01	55,04
De Contribuições	1.442.850	1.610.289	167.439	11,60	10,36
Patrimonial	172.880	284.900	112.020	64,80	1,83
Industrial	2.000	2.199	199	9,96	0,01
De Serviços	152.340	172.348	20.008	13,13	1,11
Transferências Correntes	4.091.246	4.319.709	228.463	5,58	27,79
Outras Receitas Correntes	89.140	151.856	62.716	70,36	0,98
RECEITAS DE CAPITAL	1.767.914	1.674.796	(93.118)	(5,27)	10,77
Operações de Crédito	1.364.400	1.130.416	(233.984)	(17,15)	7,27
Alienações de Bens	420	1.715	1.295	308,44	0,01
Amortização de Empréstimos	50	175	125	250,98	0,00
Transferência de Capital	364.244	317.403	(46.841)	(12,86)	2,04
Outras Receitas de Capital	38.800	225.086	186.286	480,12	1,45
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	299.050	390.588	91.538	30,61	2,51
De Contribuições	247.050	356.511	109.461	44,31	2,29
Patrimonial	500	1.530	1.030	205,93	0,01
Industrial	13.500	13.000	(500)	(3,71)	0,09
Outras Receitas Correntes	38.000	19.548	(18.452)	(48,56)	0,12
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.563.948)	(1.616.158)	(52.210)	3,34	(10,40)
TOTAL	14.600.472	15.545.755	945.283	6,47	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias.

Gráfico 03
Execução da Receita

R\$ Mil





A classificação orçamentária por Fontes de Recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento. Na tabela 06 apresentamos a receita por fonte de recurso, comparando a receita estimada com a arrecadada e seus percentuais de realização e participação.

Tabela 06
Execução da Receita por Fonte de Recurso

R\$ Mil

FONTE	NOMENCLATURA	RECEITA			PERCENTUAL %	
		ESTIMADA	ARRECADADA	DIFERENÇA	REAL.	PART.
100	Recursos Ordinários	7.199.360	7.801.150	601.790	8,36	50,18
115	Alienação de Bens	420	1.805	1.385	329,73	0,01
116	Contrib. para o Desenv. do Ensino Superior	255.000	278.707	23.707	9,30	1,79
117	Contrib. p/ Infraest. Básica, Econ. e Social	85.000	111.202	26.202	30,83	0,72
121	Fundo de Part. dos Est. e Dist.Fed. - FPE	1.600.000	1.620.836	20.836	1,30	10,43
127	Contribuição do Salário-Educação	54.000	58.213	4.213	7,80	0,37
130	Contrib. de Interv. do Domínio Econômico	100	2.274	2.174	2.174,35	0,01
140	Ind. p/ Utiliz. Rec. Híd. e Exp. Rec. Minerais	11.100	13.425	2.325	20,95	0,09
145	Recursos dos Royalties sobre o Petróleo	296.000	301.094	5.094	1,72	1,94
146	Recursos do FUNDEB	1.136.000	1.306.884	170.884	15,04	8,41
150	Outras Transf. de Recursos Federais	25.520	32.089	6.569	25,74	0,21
155	Recursos de Transf. Financeira LC 87/96	11.792	11.792	0	0,00	0,08
160	Recursos do FTI	793.000	850.581	57.581	7,26	5,47
170	Recursos do FMPES	85.000	85.089	89	0,10	0,55
201	Recursos Diretamente Arrecadados	210.140	233.781	23.641	11,25	1,50
210	Acordos - Pepsi-Cola	2.500	5.293	2.793	111,73	0,03
211	Acordos - Recofarma	3.000	682	(2.318)	(77,26)	0,00
212	Acordos - Visteon	20	39	19	(99,80)	0,00
213	Acordos - Manaus Refrigerante	0	2	2	0,00	0,00
220	Transf. p/ Invest. em Desenv. Social - AMBEV	1.500	1.873	373	24,86	0,01
230	Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	463.115	517.734	54.619	11,79	3,33
240	Transferências do FNAS	2.100	1.624	(476)	(22,65)	0,01
250	Transferências do FNDE	92.000	65.530	(26.470)	(28,77)	0,42
261	Fundo Financeiro - RPPS	298.000	411.675	113.675	38,15	2,65
262	Fundo Previdenciário - RPPS	234.000	327.744	93.744	40,06	2,11
271	Operações de Crédito Internas	460.000	424.852	(35.148)	(7,64)	2,73
275	Operações de Crédito Externas	904.400	705.564	(198.836)	(21,99)	4,54
280	Convênios	337.920	270.962	(66.958)	(19,81)	1,74
285	Outras Fontes	36.410	100.673	64.263	176,50	0,65
295	Transferências de Entidades Internacionais	5	672	667	13.346,93	0,00
296	Doações de Pessoas ou Inst. Priv. Nacionais	3.070	42	(3.028)	(98,64)	0,00
297	Doação p/ Prog. Social de Desenv. Humano	0	1.871	1.871	0,00	0,01
Total		14.600.472	15.545.755	945.283	6,47	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal de 2014, por natureza da receita.

Na tabela 07, apresentamos a evolução das receitas realizadas, no período de 2010 a 2014, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2014 apresentou uma variação nominal positiva de 60,41% ante 2010, e de 6,97% em relação a 2013, considerando as receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB, no gráfico 04 apresentamos a evolução das principais receitas.

Tabela 07
Evolução da Receita – 2010 a 2014

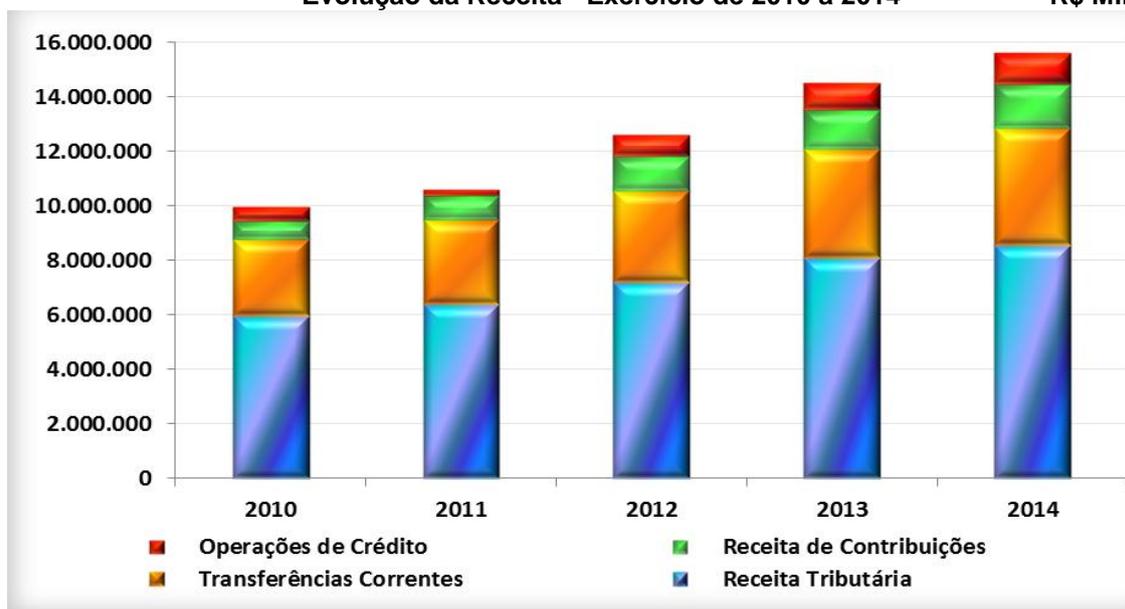
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO					VAR.%	
	2010	2011	2012	2013	2014	2014/ 2010	2014/ 2013
RECEITAS CORRENTES	10.066.127	11.413.660	13.077.244	14.170.239	15.096.529	49,97	6,54
Receita Tributária	5.961.008	6.405.569	7.178.538	8.082.887	8.555.229	43,52	5,84
Receita de Contribuições	649.743	904.977	1.267.815	1.445.580	1.610.289	147,83	11,39
Receita Patrimonial	65.667	114.316	247.596	248.103	284.900	333,85	14,83
Receita Industrial	13.978	13.166	4.812	2.159	2.199	(84,27)	1,88
Receita de Serviços	421.304	476.069	522.749	154.365	172.348	(59,09)	11,65
Transferências Correntes	2.832.217	3.098.768	3.399.163	4.018.167	4.319.709	52,52	7,50
Outras Receitas Correntes	122.210	400.796	456.571	218.978	151.856	24,26	(30,65)
RECEITAS DE CAPITAL	759.353	447.276	976.750	1.548.083	1.674.796	120,56	8,19
Operações de Crédito	514.905	211.819	772.175	962.017	1.130.416	119,54	17,50
Alienação de Bens	253	1.787	20.103	225	1.715	578,05	662,15
Amort. de Empréstimos	396	385	374	103	175	(55,68)	70,79
Transferência de Capital	221.734	203.222	148.221	210.628	317.403	43,15	50,69
Outras Receitas de Capital	22.065	30.063	35.877	375.110	225.086	920,10	(39,99)
REC. INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	285.294	346.096	390.588	-	12,86
De Contribuições	-	-	246.119	295.920	356.511	-	20,48
Patrimonial	-	-	2.166	1.714	1.530	-	(10,75)
Industrial	-	-	8.880	12.794	13.000	-	1,61
Outras Receitas Correntes	-	-	28.130	35.667	19.548	-	(45,19)
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.134.330)	(1.256.631)	(1.374.859)	(1.531.787)	(1.616.158)	42,48	5,51
TOTAL	9.691.150	10.604.306	12.964.429	14.532.631	15.545.755	60,41	6,97

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.



Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2010 a 2014 R\$ Mil



2.2 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 08 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 8,555 bilhões no exercício de 2014, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 472 milhões em relação a 2013 ou 5,84%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 90.81% do total.

Tabela 08
Comparativo da Receita Tributária

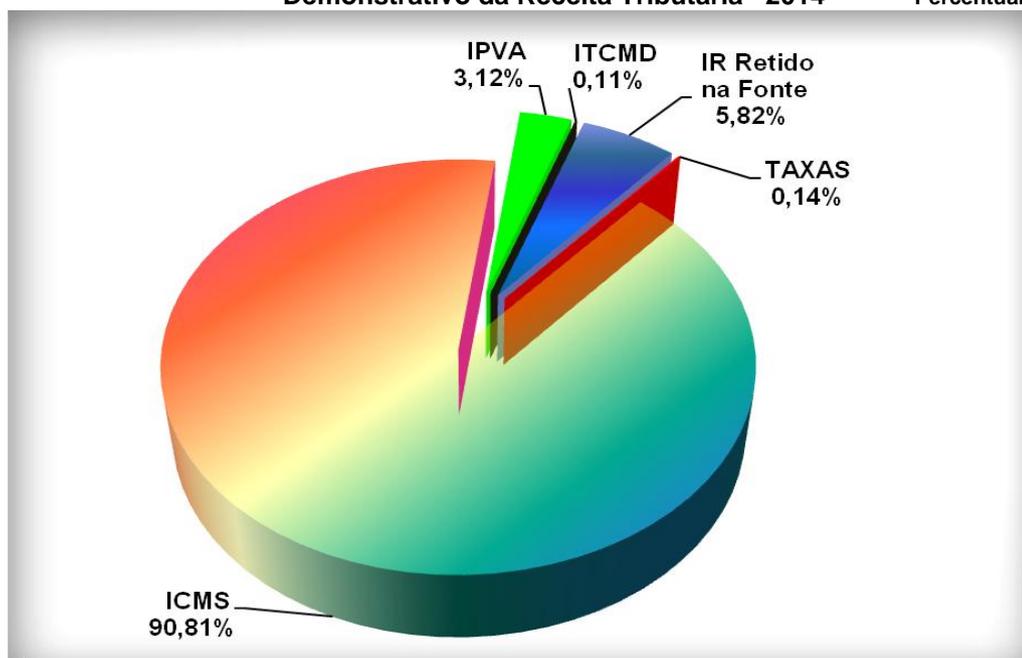
FONTE	ARRECADADO		%	
	2013	2014	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	8.078.862	8.543.429	99,86	5,75
IR Retido na Fonte	412.830	498.054	5,82	20,64
ICMS	7.425.754	7.769.057	90,81	4,62
IPVA	233.518	267.259	3,12	14,45
ITCMD	6.761	9.059	0,11	34,00
TAXAS	4.025	11.800	0,14	193,18
TOTAL	8.082.887	8.555.229	100,00	5,84

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.



Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2014 Percentual



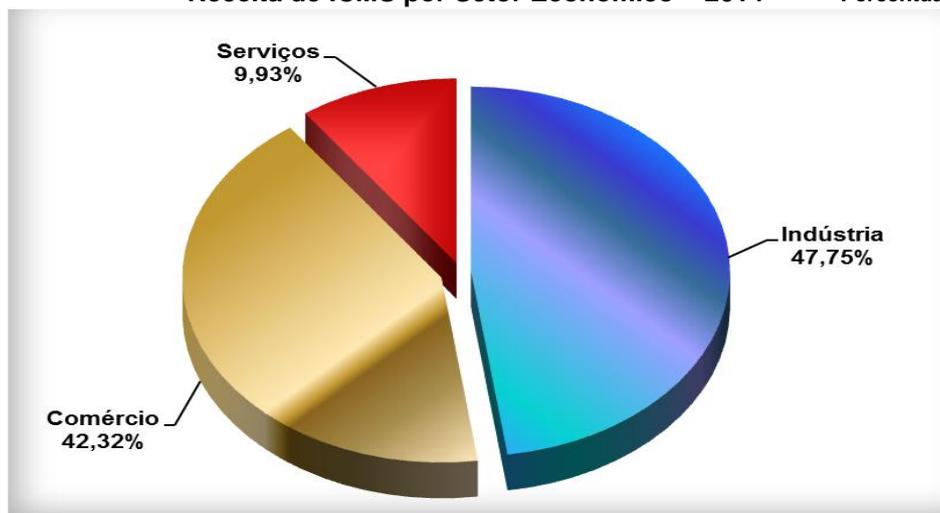
Apresentamos, na tabela 09 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, sendo o setor industrial - Polo Industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 3,709 bilhões ou 47,75% do total, apresentado uma variação ante 2013 de 9,68%, ou R\$ 327 milhões.

Tabela 09
Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2013	2014		
Indústria	3.382.264	3.709.532	47,75	9,68
Comércio	3.230.425	3.287.703	42,32	1,77
Serviço	813.064	771.822	9,93	(5,07)
TOTAL	7.425.753	7.769.057	100,00	4,62

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2014 Percentual



Demonstramos na tabela 10 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2010 a 2014, que apresentou uma variação nominal de 43,52% ante 2010 e de 5,84% em relação a 2013.

Na arrecadação do IPVA de 2014, o acréscimo nominal comparado a 2013 foi de R\$ 34 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 14,45%, e em relação a 2010, o crescimento nominal foi de R\$ 102 milhões, representando uma variação de 61,52%. Estes acréscimos se devem, principalmente, aos incentivos à produção e comercialização de veículos novos no país.

Tabela 10
Evolução da Receita Tributária – 2010 a 2014

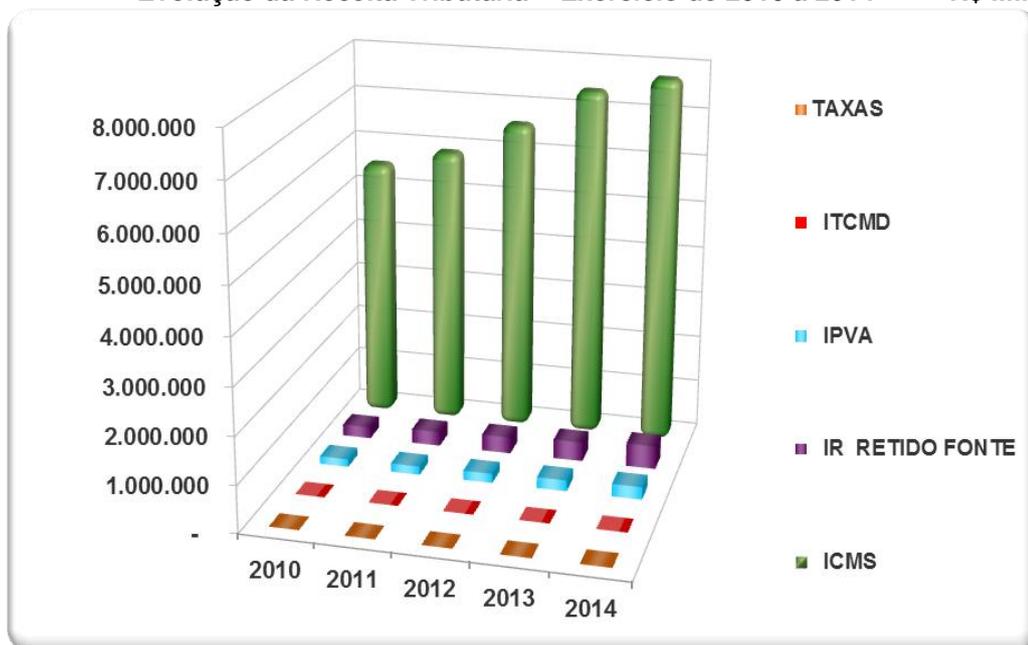
FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2010	2011	2012	2013	2014		2014/ 2010	2014/ 2013
IMPOSTOS	5.958.293	6.402.990	7.174.957	8.078.862	8.543.429	99,86	43,39	5,75
IR RETIDO FONTE	243.476	305.842	353.481	412.830	498.054	5,82	104,56	20,64
ITCMD	2.636	4.087	5.343	6.761	9.059	0,11	243,68	34,00
IPVA	165.464	181.084	197.534	233.518	267.259	3,12	61,52	14,45
ICMS	5.546.717	5.911.977	6.618.599	7.425.754	7.769.057	90,81	40,07	4,62
TAXAS	2.715	2.578	3.580	4.025	11.800	0,14	334,62	193,18
TOTAL	5.961.008	6.405.568	7.178.538	8.082.887	8.555.229	100,00	43,52	5,84

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

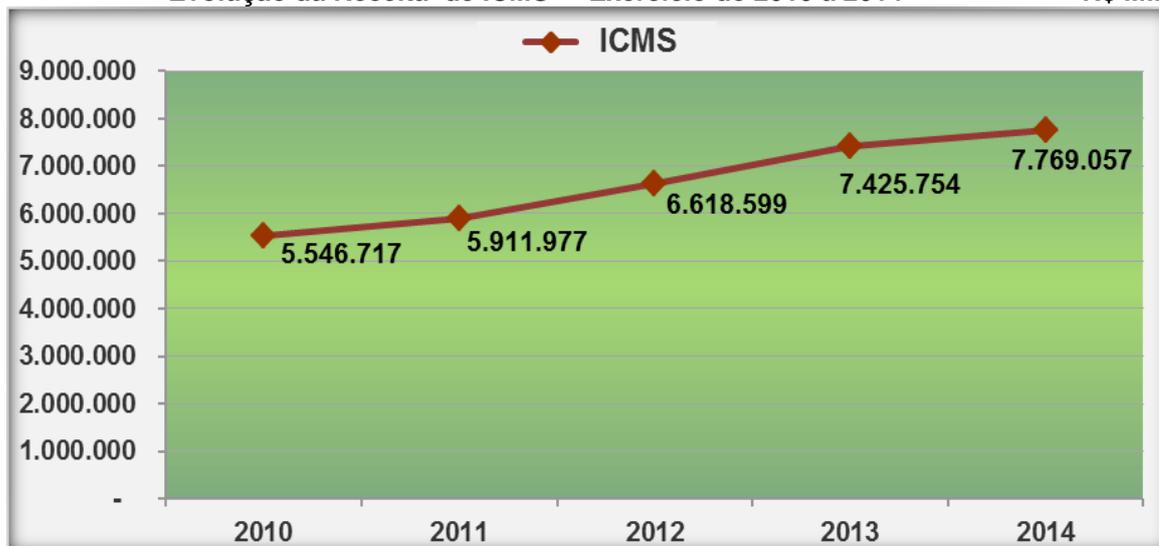


Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2010 a 2014 R\$ Mil



No gráfico 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2010 a 2014, em valores correntes.

Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS - Exercício de 2010 a 2014 R\$ Mil





2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2014 foi de R\$ 4,320 bilhões, que comparando com 2013 houve um aumento nominal de R\$ 302 milhões, ou 7,50%, conforme demonstrado na tabela 11.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 68,98%, com uma variação nominal positiva ante 2013 de R\$ 252 milhões ou 9,26%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências correntes, com participação de 46,90% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 167 milhões, equivalente a 8,97% ante 2013.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 29,98% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 64 milhões, ou seja, 5,23% ante 2013.



Tabela 11
Transferências Correntes

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2013	2014	PART.	VAR.
Transferências da União	2.727.033	2.979.581	68,98	9,26
Cota-parte do F.P.E.	1.859.249	2.026.045	46,90	8,97
Cota-parte do II.P.I.	28.218	37.679	0,87	33,53
Cota-parte da CIDE	948	1.919	0,04	102,44
Transf. Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,34	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	293.618	307.023	7,11	4,57
Transferências de Recursos do SUS	428.006	476.697	11,04	11,38
Transferências de Recursos do FNDE	78.437	105.650	2,45	34,69
Transferências de Recursos do FNAS	2.418	1.381	0,03	(42,89)
Outras Transferências da União	21.399	8.447	0,20	(60,52)
Transferências Multigovernamentais	1.230.777	1.295.108	29,98	5,23
Transferências de Instituições Privadas	13.193	6.452	0,15	(51,10)
Transferências do Exterior	81	120	0,00	48,51
Transferências de Pessoas	1	2	0,00	233,33
Transferências de Convênios da União	46.129	37.759	0,87	(18,15)
Transferências de Convênios dos Municípios	280	0	0,00	(100,00)
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	674	688	0,02	2,12
TOTAL	4.018.167	4.319.709	100,00	7,50

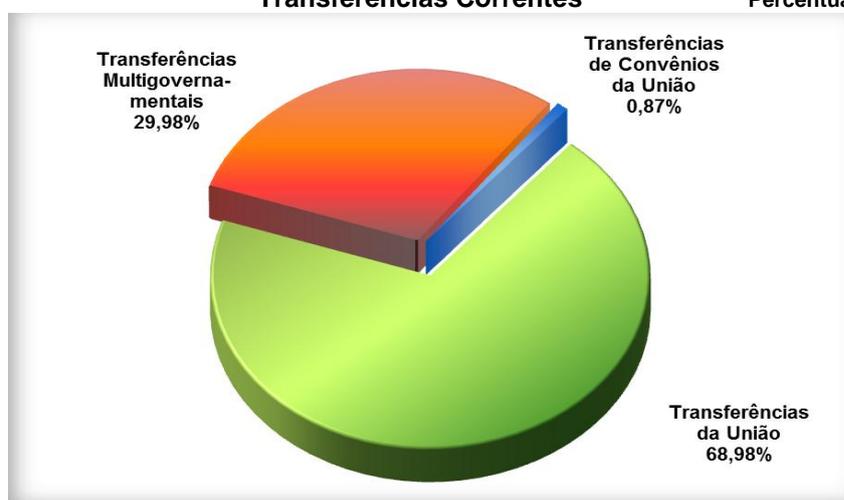
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10 apresentamos as três principais participações de transferências correntes, destacam-se as Transferências da União com maior percentual de participação.

Gráfico 10
Transferências Correntes

Percentual





Na tabela 12 demonstramos as Transferências de convênios da União e suas Entidades, no exercício de 2014, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelos Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 38 milhões. As maiores participações foram da Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA com R\$ 5 milhões ou 13,40%, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM com R\$ 4 milhões ou 11,70% e a Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania - SETRAB com 4 milhões ou 11,68% , que correspondem a 36,78% do total.

Tabela 12
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

	R\$ Mil	
ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	5.059	13,40
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	4.419	11,70
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania - SETRAB	4.412	11,68
Secretaria de Estado de Desenv. da Região Metropolitana de Manaus - SRMM	3.603	9,54
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	3.362	8,90
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	2.223	5,89
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	2.027	5,37
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	1.773	4,70
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	1.588	4,21
Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRH	1.556	4,12
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	938	2,48
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	865	2,29
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	841	2,23
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	818	2,17
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	664	1,76
Sec. de Estado de Articulação de Pol. Pub. aos Mov. Sociais e Populares - SEARP	637	1,69
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	529	1,40
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	442	1,17
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	356	0,94
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	292	0,77
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	290	0,77
Fundo Estadual de Saúde - FES	232	0,61
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	199	0,53
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	186	0,49
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	185	0,49
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sust. do Estado do Amazonas - IDAM	112	0,30
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	81	0,22
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata -- FUAM	44	0,12
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	19	0,05
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED	8	0,02
TOTAL	37.759	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 688 mil.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 13 e gráfico 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizaram em R\$ 1,675 bilhão, apresentando uma variação nominal positiva R\$ 127 milhões ou 8,19% em relação a 2013.

No exercício de 2014, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 1,130 bilhão, com participação de 67,50% do total das receitas de capital, e variação nominal ante 2013 de 17,50% ou R\$ 168 milhões.

As Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades e das Instituições Privadas, ficando com participação de 18,95% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital têm participação expressiva com 13,44%, referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, as parcelas recebidas dos títulos CVS do Fundo Previdenciário da Fundação AMAZONPREV e as diversas restituições para o Tesouro.

Tabela 13
Receitas de Capital

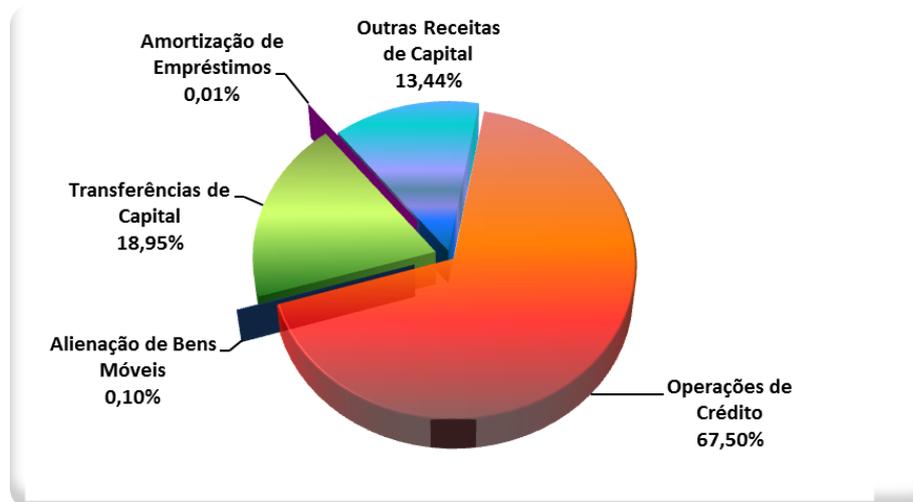
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$ Mil	
	2013	2014	PART.	VARIAÇÃO
Operações de Crédito	962.017	1.130.416	67,50	17,50
Alienação de Bens Móveis	225	1.715	0,10	662,15
Amortização de Empréstimos	103	175	0,01	70,79
Transferências de Capital	210.628	317.403	18,95	50,69
Outras Receitas de Capital	375.110	225.086	13,44	(39,99)
TOTAL	1.548.083	1.674.796	100,00	8,19

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Gráfico 11
Receita de Capital

Percentual



2.4.1 Operações de Créditos

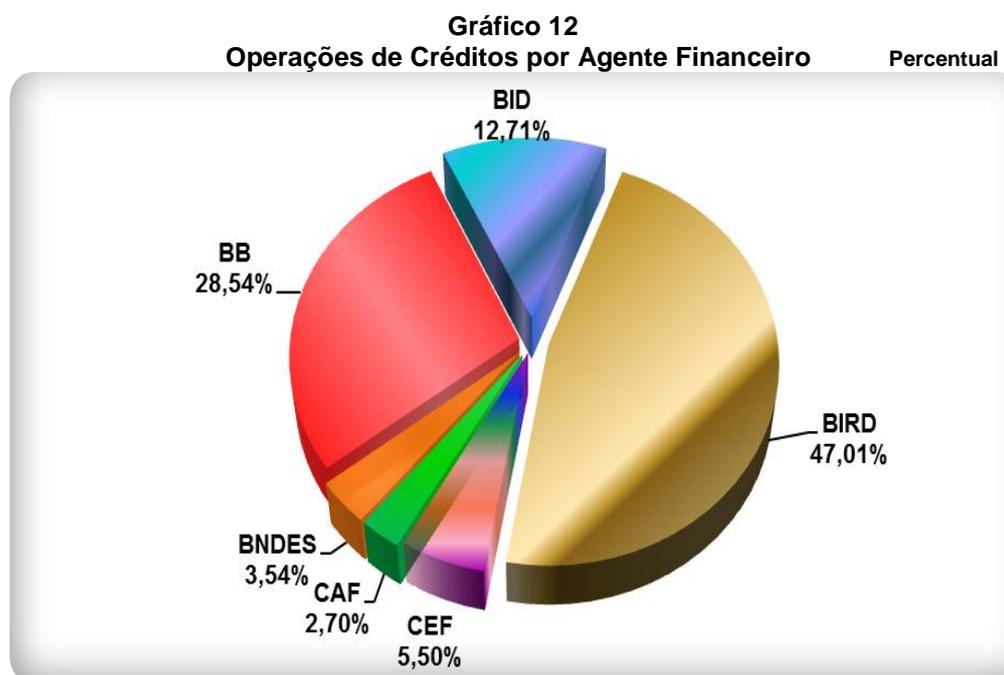
Na tabela 14 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2014, que totalizaram R\$ 1,130 bilhão, sendo de operações internas 425 milhões através do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e R\$ 705 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Corporação Andina de Fomento - CAF.

Tabela 14
Operações de Créditos

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	VALOR	R\$ Mil PART. %
INTERNA		424.852	37,58
Abastecimento de Água de Manaus	CEF	5.427	0,48
Projeto Minha Casa, Minha Vida - Lei Nº 3.501	CEF	18.295	1,62
Pro-Moradia	CEF	2.748	0,24
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	40.000	3,54
Cobertura da Arena da Amazônia - Insumo Importado	CEF	35.650	3,15
PROINFRA	BB	322.640	28,54
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	92	0,01
EXTERNA		705.564	62,42
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	23.330	2,06
PROSAMIM	BID	72.486	6,41
Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus	CAF	30.542	2,70
PROCONFIS	BID	47.846	4,23
PROCONFIS	BIRD	531.360	47,01
TOTAL		1.130.416	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 12 apresentamos as operações de crédito recebidas por credor sendo R\$ 531 milhões ou 47,01% recebidas do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, R\$ 323 milhões ou 28,54% do Banco do Brasil-BB, R\$ 144 milhões ou 12,71% do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, R\$ 62 milhões ou 5,50% da Caixa Econômica Federal-CEF, R\$ 40 milhões ou 3,54% do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, e R\$ 31 milhões ou 2,70% da Corporação Andina de Fomento – CAF



2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 15 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2014, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 231 milhões. Destacamos as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 171 milhões, ou 73,88%, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS com R\$ 20 milhões ou 8,52% e a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, com R\$ 9 milhões ou 4,07%, as quais correspondem a 86,47% do total repassado pela União.



Tabela 15
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

	R\$ Mil	
ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	170.993	73,88
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	19.725	8,52
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	9.427	4,07
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	6.832	2,95
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	5.651	2,44
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	4.256	1,84
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	2.884	1,25
Polícia Militar do Estado do Amazonas PMAM	2.338	1,01
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	1.342	0,58
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	1.225	0,53
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	1.221	0,53
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.048	0,45
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	925	0,40
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	742	0,32
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	650	0,28
Fundo Estadual de Saúde - FES	644	0,28
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	502	0,22
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	360	0,16
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	330	0,14
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	221	0,10
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	109	0,05
Polícia Civil do Estado do Amazonas PCAM	19	0,01
Secretaria de Estado de Desenv. da Região Metropolitana de Manaus - SRMM	18	0,01
TOTAL	231.460	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Transito – DETRAN recebeu R\$ 639 mil de transferências de convênios de Instituições Privadas, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC e a Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA receberam R\$ 1,221 e R\$ 1,048 milhão, respectivamente, de transferência de convênio do exterior, os quais somados aos convênios da união totalizam as transferências de convênio de capital em R\$ 234 milhões.



2.5 Renúncia Fiscal

Na tabela 16 demonstramos a Renúncia Fiscal, no exercício de 2014, que totalizou R\$ 6,969 bilhões, destacamos a Lei nº 2.826 de 2003, com R\$ 6,463 bilhões e participação de 92,74% do total das renúncias.

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 47,28% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de 2014 de R\$ 7,769 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 6,969 bilhões, totalizando R\$ 14,738 bilhões, significando que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,47 .

Tabela 16
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	6.462.829	92,74
Lei nº 3.430 de 2009	15.736	0,23
Lei nº 3.830 de 2012	28.923	0,42
Lei nº 3.904 de 2013	5.200	0,07
Lei nº 4.101 de 2014	17.031	0,24
Lei nº 4.039 de 2014	19.225	0,28
LC 19 de 1997	12.234	0,18
Decreto nº 20.686 de 1999	119.007	1,71
Decreto nº 27.500 de 2008	30.745	0,44
Decreto nº 30.918 de 2011	225.283	3,23
Decreto nº 35.108 de 2014	32.416	0,47
TOTAL	6.968.629	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

3 GESTÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 17, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

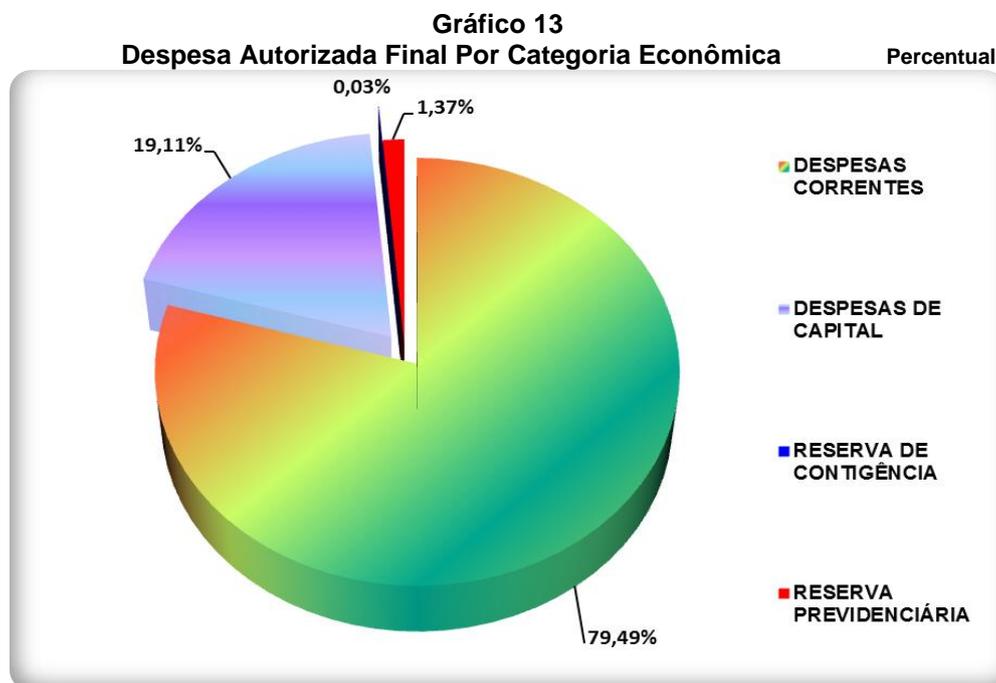
A despesa autorizada final ficou em R\$ 16,697 bilhões, alterada em R\$ 2,096 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 14,36% do total fixado inicialmente.

Tabela 17
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica R\$ Mil

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART %
DESPESAS CORRENTES	11.321.680	1.949.825	13.271.505	79,49
Pessoal e Encargos Sociais	5.510.108	508.126	6.018.234	36,04
d/q modalidade 91	290.488	57.900	348.387	2,09
Juros e Encargos da Dívida	312.279	(52.603)	259.676	1,56
Outras Despesas Correntes	5.499.293	1.494.302	6.993.595	41,89
d/q modalidade 91	49.568	(11.918)	37.651	0,23
DESPESAS DE CAPITAL	2.791.605	399.558	3.191.163	19,11
Investimentos	2.367.048	470.257	2.837.305	17,00
Inversões Financeiras	6	22.705	22.711	0,14
Amortizações da Dívida	424.551	(93.404)	331.147	1,98
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	257.195	(251.728)	5.467	0,03
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	229.992	(1.300)	228.692	1,37
TOTAL	14.600.472	2.096.355	16.696.827	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Demonstramos no gráfico 13 o percentual de participação, por categoria econômica na Despesa autorizada final do Estado.



Na tabela 18, demonstramos a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as funções que tiveram maiores alterações orçamentárias, Saúde com R\$ 644 milhões, Urbanismo com R\$ 476 milhões, Educação com R\$ 247 milhões e Direitos da Cidadania com R\$ 224 milhões, em função da maior arrecadação dos impostos que servem de base para aplicação dos recursos e de operações de créditos.

As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais 17,34%, Saúde 16,29%, Educação 14,78% e Segurança Pública com 9,01%, correspondendo a 57,42% do total autorizado, ficando demonstrado claramente que o Estado prioriza estas funções nas despesas e investimentos no Governo, sendo os Encargos Especiais responsável pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios e pagamento do serviço da dívida, basicamente.



Tabela 18
Despesa Autorizada Final por Função

					R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	408.459	48.469	456.928	2,74
2	Judiciária	520.048	8.327	528.375	3,16
3	Essencial à Justiça	241.392	30.516	271.908	1,63
4	Administração	744.438	555	744.993	4,46
6	Segurança Pública	1.317.970	186.710	1.504.680	9,01
8	Assistência Social	118.900	27.739	146.639	0,88
9	Previdência Social	1.079.095	130.472	1.209.567	7,24
10	Saúde	2.075.986	643.693	2.719.679	16,29
11	Trabalho	12.578	16.001	28.579	0,17
12	Educação	2.219.905	247.151	2.467.056	14,78
13	Cultura	125.280	64.664	189.944	1,14
14	Direitos da Cidadania	189.059	224.217	413.276	2,48
15	Urbanismo	695.009	476.263	1.171.272	7,01
16	Habitação	92.797	(3.174)	89.623	0,54
17	Saneamento	243.997	47.722	291.719	1,75
18	Gestão Ambiental	66.802	26.668	93.470	0,56
19	Ciência e Tecnologia	120.402	4.695	125.097	0,75
20	Agricultura	103.082	117.359	220.441	1,32
21	Organização Agrária	35.173	24.100	59.273	0,35
23	Comércio e Serviços	39.844	23.511	63.355	0,38
24	Comunicações	81.979	1.819	83.798	0,50
25	Energia	5.000	0	5.000	0,03
26	Transporte	594.124	(173.668)	420.456	2,52
27	Desporto e Lazer	50.161	212.325	262.486	1,57
28	Encargos Especiais	2.931.805	(36.752)	2.895.053	17,34
99	Reserva de Contingência	257.195	(251.728)	5.467	0,03
99	Reserva de Previdenciária	229.992	(1.300)	228.692	1,37
TOTAL		14.600.472	2.096.355	16.696.827	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2014 totalizou R\$ 15,565 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 1,132 bilhão, representando 6,78% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 19.

Destacamos as despesas empenhadas neste exercício, na modalidade 91, na ordem de R\$ 385 milhões, sendo evidenciado na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 348 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 37 milhões, modalidade criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

Tabela 19
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada

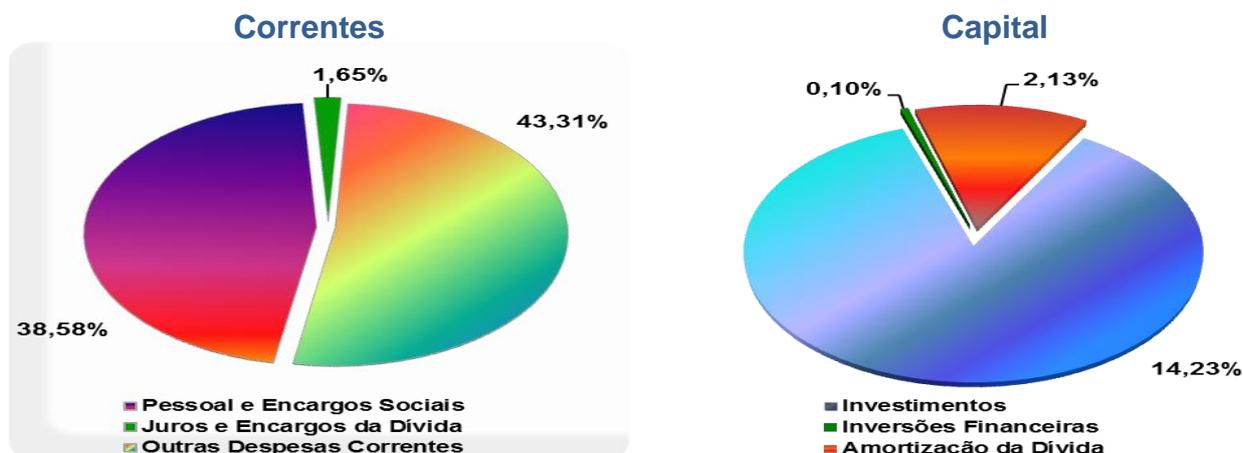
CATEGORIA ECONÔMICA				R\$ Mil	
	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %	
DESPESAS CORRENTES	13.271.505	13.003.760	2,02	83,54	
Pessoal e Encargos Sociais	6.018.234	6.005.699	0,21	38,58	
d/q modalidade 91	348.387	347.676	0,20	2,23	
Juros e Encargos da Dívida	259.676	257.205	0,95	1,65	
Outras Despesas Correntes	6.993.595	6.740.856	3,61	43,31	
d/q modalidade 91	37.651	37.188	1,23	0,24	
DESPESAS DE CAPITAL	3.191.163	2.561.534	19,73	16,46	
Investimentos	2.837.305	2.214.697	21,94	14,23	
Inversões Financeiras	22.711	15.747	30,66	0,10	
Amortização da Dívida	331.147	331.090	0,02	2,13	
Reserva de Contingência	5.467	0	0,00	0,00	
Reserva Previdenciária	228.692	0	0,00	0,00	
TOTAL	16.696.827	15.565.294	6,78	100,00	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 14, evidenciou-se a despesa por categoria econômica, com participação dos grupos de despesas em relação ao total, destacam-se os grupos Outras Despesas Correntes com 43,31%, Pessoal com 38,58%, e Investimentos com 14,23%.

Gráfico 14

Despesa Empenhada por Categoria e Grupo



A tabela 20 e gráfico 15 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2010 com 2014, houve um acréscimo nominal de R\$ 5,815 bilhões ou 59,63% e 2014 ante 2013 de R\$ 996 milhões ou 6,83%.

No grupo das despesas com Inversões Financeiras, que totalizaram R\$ 16 milhões, houve uma variação negativa de 81,01% ante 2013, esta redução foi devido ao aporte em 2013 de R\$ 60 milhões de recursos para o Fundo Garantidor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas para, inicialmente, a construção de uma Unidade Hospitalar na Zona Norte de Manaus.

Tabela 20
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

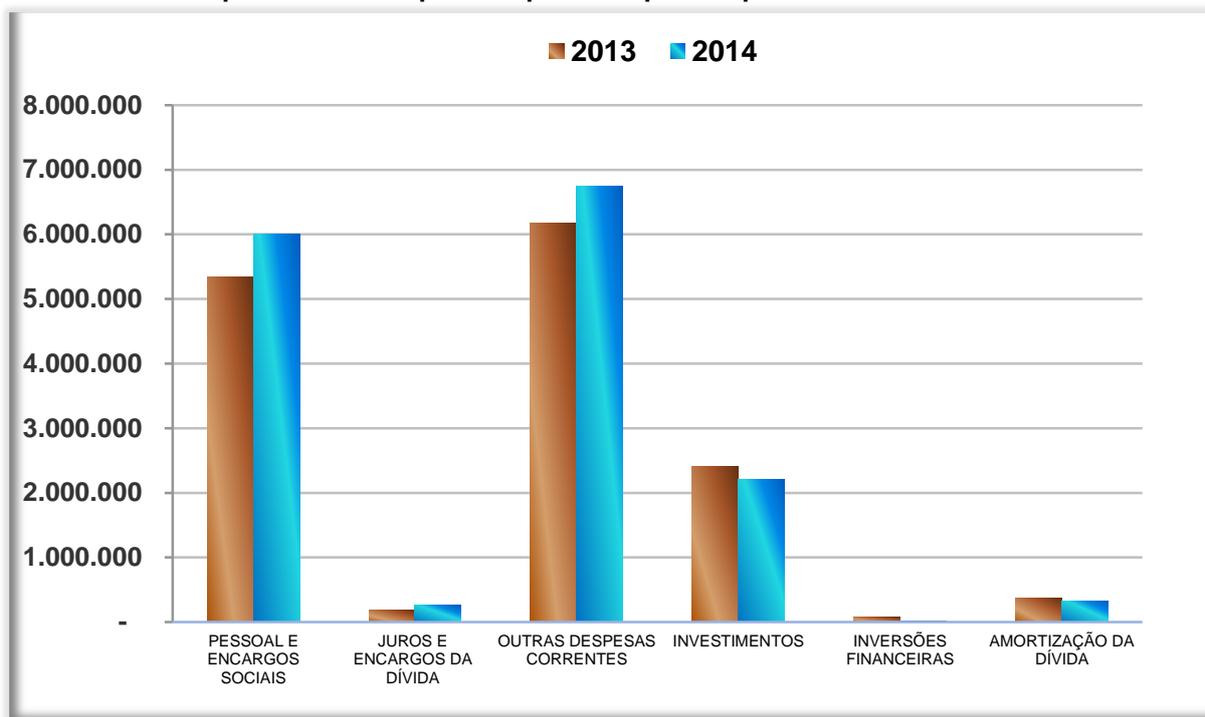
ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	R\$ Mil	
						VAR. % 2014/ 2010	2014/ 2013
DESPESAS CORRENTES	7.778.803	8.752.722	10.297.953	11.710.026	13.003.760	67,17	11,05
Pessoal e Encargos Sociais	3.717.564	4.354.399	5.206.044	5.334.633	6.005.699	61,55	12,58
d/q modalidade 91	-	-	260.459	295.752	347.676	-	17,56
Juros e Encargos da Dívida	154.811	186.640	181.217	194.420	257.205	66,14	32,29
Outras Despesas Correntes	3.906.428	4.211.682	4.910.692	6.180.973	6.740.856	72,56	9,06
d/q modalidade 91	-	-	42.996	49.182	37.188	-	(24,39)
DESPESAS DE CAPITAL	1.971.884	1.864.093	1.861.306	2.859.500	2.561.534	29,90	(10,42)
Investimentos	1.696.249	1.532.369	1.490.750	2.406.378	2.214.697	30,56	(7,97)
Inversões Financeiras	113.065	82.863	29.645	82.944	15.747	(86,07)	(81,01)
Amortização da Dívida	162.570	248.861	340.911	370.178	331.090	103,66	(10,56)
TOTAL	9.750.687	10.616.815	12.159.259	14.569.526	15.565.294	59,63	6,83

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Gráfico 15
Comparativo da despesa empenhada por Grupo – 2013 e 2014

Percentual



Demonstramos na tabela 21 e gráfico 16 os investimentos do Governo, apresentando uma maior destinação de recursos com fonte de Operações de Crédito que representa 57,91% do valor empenhado neste grupo, ficando a participação do Estado com 23,95% do total já incluídos os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2013.

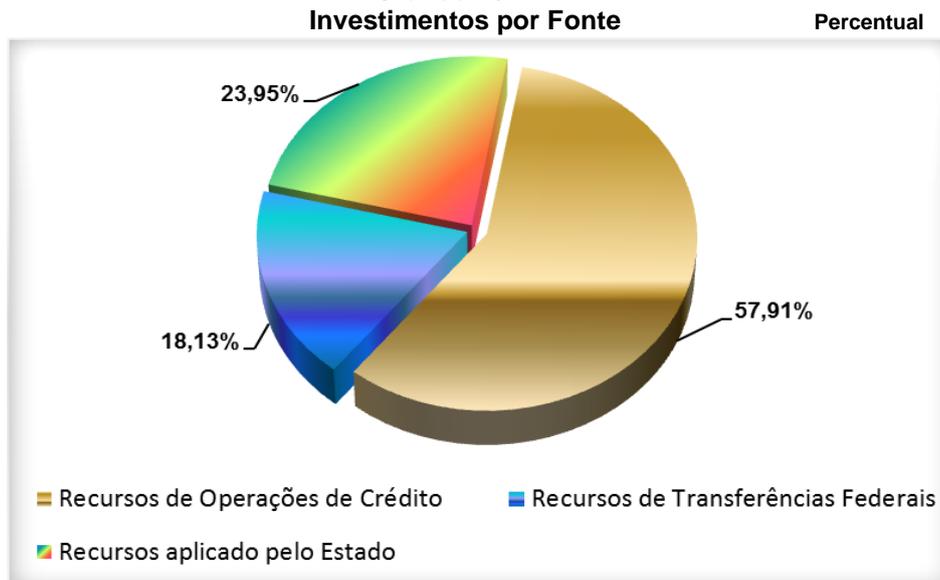
Tabela 21
Despesa Empenhada em Investimentos por fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	1.282.639	57,91
Recursos de Transferências Federais	401.536	18,13
Recursos aplicados pelo Estado	530.522	23,95
TOTAL	2.214.697	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 16
Investimentos por Fonte



Demonstramos na tabela 22 a execução orçamentária das operações de créditos, sendo R\$ 422 milhões de operações internas com participação de 32,64% e R\$ 871 milhões ou 67,36% de operações externas, já incluído os superávits financeiro apurado no balanço de 2013.

Tabela 22
Execução das Operações de Crédito

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	CREDOR	EMPENHADO	% Part
INTERNA		422.315	32,64
Abastecimento de Água de Manaus	CEF	5.427	0,42
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	40.117	3,10
Pró Moradia	CEF	2.748	0,21
Projeto Minha Casa, Minha Vida - Lei Nº 3.501	CEF	18.295	1,41
PROINVESTE	BB	1.117	0,09
Cobertura da Arena da Amazônia - Insumo Importado	BNDES	35.650	2,76
PROINFRA	BB	318.869	24,65
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	92	0,01
EXTERNA		871.524	67,36
PROSAMIM	BID	109.266	8,45
Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	3.467	0,27
PROCONFIS - BID	BID	236.480	18,28
PROCONFIS - BIRD	BIRD	520.005	40,19
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	2.306	0,18
TOTAL		1.293.839	100,00

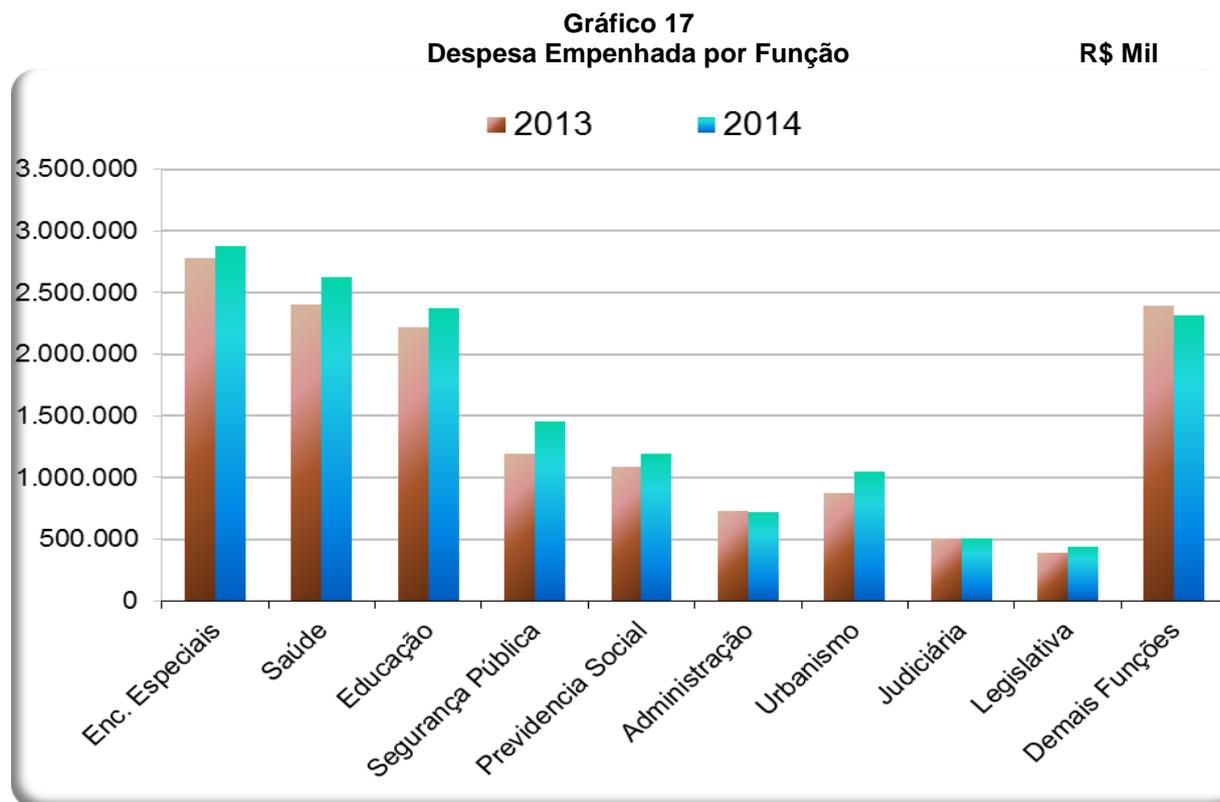
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As funções demonstram a área da atuação do governo, na tabela 23 e gráfico 17 apresentamos as despesas empenhadas por função, comparando 2014 em relação a 2013, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,874 bilhões ou 18,46%, Saúde com R\$ 2,628 bilhões ou 16,89%, Educação com R\$ 2,377 bilhões ou 15,27 % e Segurança Pública com R\$ 1,458 bilhão e participação de 9,37% do total. As maiores variações ante 2013 foram das funções Trabalho com 78,84%, Direitos da Cidadania 46,24%, Saneamento com 44,39%, agricultura com 30,97%, Ciências e Tecnologia com 27,68% e Segurança Pública com 22,44%.

Tabela 23
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				
		2013	PART. %	2014	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	393.454	2,70	442.374	2,84	12,43
2	Judiciária	501.354	3,44	510.081	3,28	1,74
3	Essencial à Justiça	233.098	1,60	268.248	1,72	15,08
4	Administração	731.823	5,02	715.719	4,60	(2,20)
6	Segurança Pública	1.190.790	8,17	1.458.050	9,37	22,44
8	Assistência Social	137.588	0,94	136.450	0,88	(0,83)
9	Previdência Social	1.082.597	7,43	1.192.631	7,66	10,16
10	Saúde	2.402.368	16,49	2.628.232	16,89	9,40
11	Trabalho	13.519	0,09	24.177	0,16	78,84
12	Educação	2.217.016	15,22	2.376.871	15,27	7,21
13	Cultura	200.972	1,38	183.391	1,18	(8,75)
14	Direitos da Cidadania	248.547	1,71	363.484	2,34	46,24
15	Urbanismo	877.940	6,03	1.049.507	6,74	19,54
16	Habitação	85.614	0,59	59.585	0,38	(30,40)
17	Saneamento	139.030	0,95	200.743	1,29	44,39
18	Gestão Ambiental	78.250	0,54	80.163	0,52	2,45
19	Ciência e Tecnologia	76.085	0,52	97.146	0,62	27,68
20	Agricultura	153.559	1,05	201.119	1,29	30,97
21	Organização Agrária	68.022	0,47	48.058	0,31	(29,35)
23	Comércio e Serviços	54.846	0,38	56.502	0,36	3,02
24	Comunicações	80.063	0,55	75.781	0,49	(5,35)
26	Transporte	306.755	2,11	284.588	1,83	(7,23)
27	Desporto e Lazer	515.173	3,54	238.865	1,53	(53,63)
28	Encargos Especiais	2.781.063	19,09	2.873.529	18,46	3,32
TOTAL		14.569.526	100,00	15.565.294	100,00	6,83

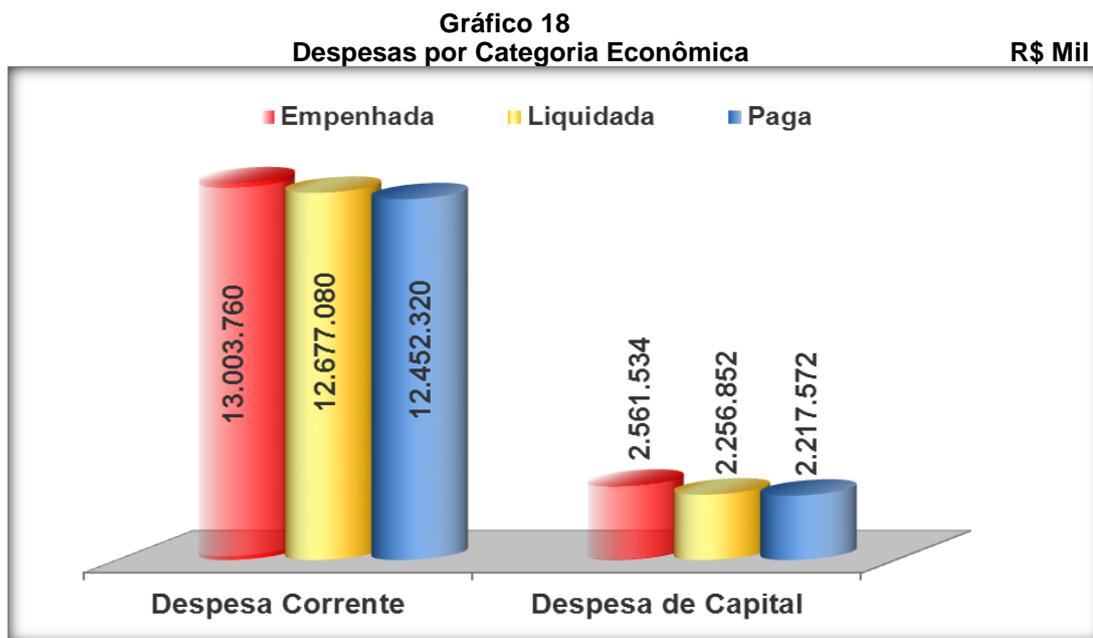
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Nos Quadros 01 e 02 e 03 em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos, por órgão e por categoria e função respectivamente. Comparamos os exercícios de 2013 e 2014, com percentual de participação em cada item.

Demonstramos nos relatórios, em anexo, a Evolução da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, no exercício de 2014, classificada por grupo e natureza de despesa.

No gráfico 18 apresentamos a despesa empenhada liquidada e paga por categoria de gasto, do total dos compromissos assumidos pelo Governo com o empenhamento da despesa, 94% foram efetivamente pagos dentro do exercício financeiro.



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas no exercício de 2014, foi de R\$ 2,138 bilhões que, comparado com o exercício de 2013, houve um acréscimo de R\$ 84 milhões, com variação nominal positiva de 4,10% conforme demonstrado na tabela 24 gráfico 19.

Evidenciamos a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,39%, tendo uma variação nominal positiva de 4,04% em relação a 2013, ou R\$ 76 milhões.

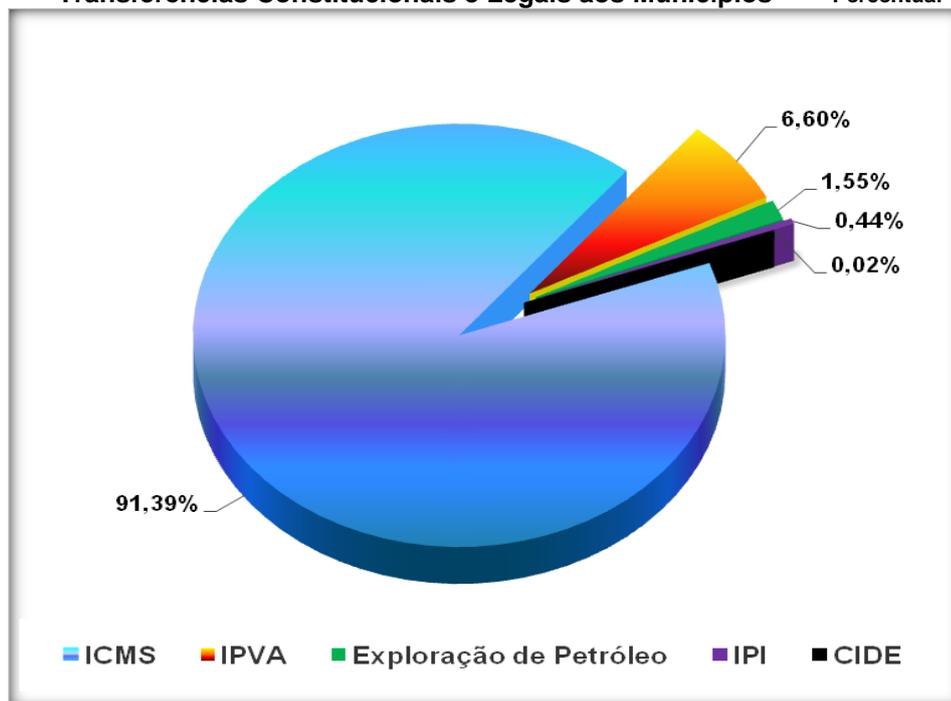
Tabela 24
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios R\$ Mil

FONTE	2013	2014	PART. %	VAR. %
ICMS	1.878.070	1.953.975	91,39	4,04
IPVA	122.834	140.939	6,60	14,74
Exploração de Petróleo	45.447	33.122	1,55	(27,12)
IPI	7.054	9.420	0,44	33,53
CIDE	237	480	0,02	102,44
TOTAL	2.053.642	2.137.935	100	4,10

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 19
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Percentual



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2014, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 1,160 bilhão que, comparado com o exercício de 2013, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 142 milhões, conforme demonstramos na tabela 25 e gráfico 20.

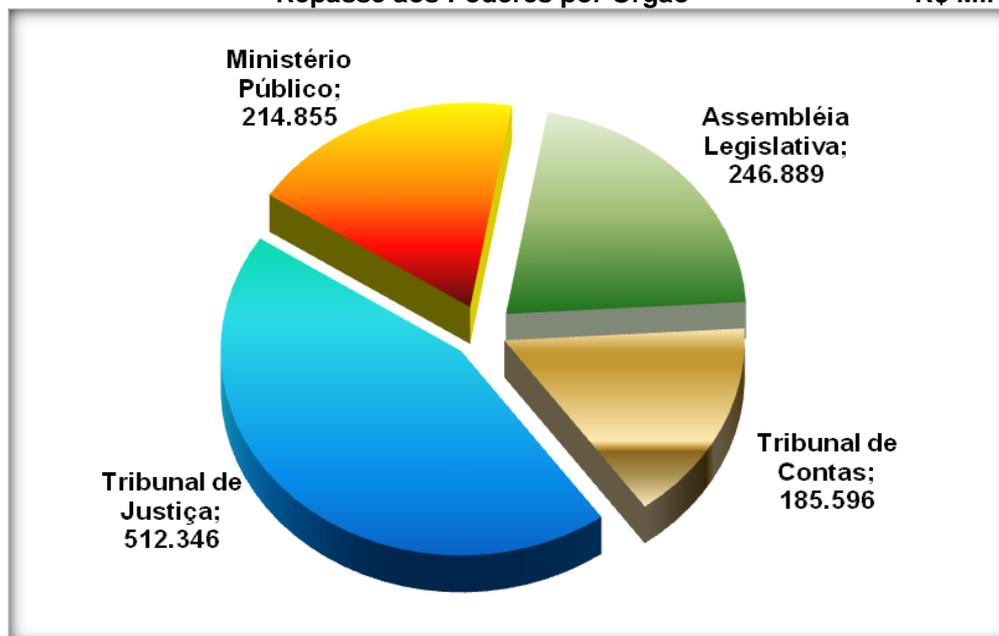
Tabela 25
Repasse aos Poderes

ORGÃO	R\$ Mil	
	2013	2014
Assembléia Legislativa	218.928	246.889
Tribunal de Contas	172.838	185.596
Tribunal de Justiça	430.674	512.346
Ministério Público	195.722	214.855
TOTAL	1.018.162	1.159.686

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 20
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.978, de 26 de dezembro de 2013, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Os balanços Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre unidade gestoras, conforme o manual de contabilidade aplicada ao setor público, parte V.

As análises efetuadas nos balanços financeiro, patrimonial e nas demonstrações contábeis foram consideradas apenas o exercício de 2014, em virtude das mudanças dos critérios contábeis adotados para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 20 milhões em 2014, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2013, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 804 milhões, conforme demonstrada por fonte de recurso no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 784 milhões, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 26

Tabela 26
Comparativo do Balanço Orçamentário

			R\$ Mil
FONTE	2013	2014	VAR %
Receita Prevista (I)	12.985.098	14.600.472	12,44
Receita Realizada (II)	14.532.631	15.545.755	6,97
Superávit de Arrecadação (III) = (II-I)	1.547.533	945.283	(38,92)
Despesa Atualizada (IV)	15.793.901	16.696.827	5,72
Despesa Empenhada (V)	14.569.526	15.565.294	6,83
Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)	1.224.375	1.131.533	(7,58)
Déficit Orçamentário (VII) = (II-V)	(36.895)	(19.540)	(47,04)
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	989.793	803.774	(18,79)
Superávit Orçamentário (IX) = (VII+VIII)	952.899	784.235	(17,70)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 27 demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, o déficit orçamentário de R\$ 20 milhões, novamente, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2013, as quais não tem a receita correspondente no exercício de 2014, temos um superávit orçamentário de R\$ 784 milhões.



Tabela 27
Resultado da Execução Orçamentária

R\$ Mil

FONTE	2014
1 Receitas Correntes (I)	13.870.959
2 Despesas Correntes (II)	13.003.760
4 Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)	867.199
5 Receitas de Capital (IV)	1.674.796
6 Despesas de Capital (V)	2.561.534
7 Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)	(886.738)
8 DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)	(19.540)
9 Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	803.774
10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (IX) = (VII+VIII)	784.235

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade, – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBCT 16, foram adicionados ao Balanço Orçamentário dois anexos, sendo o primeiro Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados com saldo de R\$ 52 milhões e o segundo Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados, com saldo de R\$ 14 milhões.

Considera-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no do exercício seguinte liquidados mas não pagos até 31 de dezembro.

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.



O resultado financeiro apurado em 2014 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi negativo em R\$ 72 milhões. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior. Apresentamos, na tabela 28, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2014.

Esse resultado considera a utilização, neste exercício, de R\$ 804 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, se o desconsiderarmos, pois não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 732 milhões.

Tabela 28
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil
INGRESSOS (I+II)	26.164.819
Receita Orçamentária (I)	15.545.755
Recebimentos Extraorçamentários (II)	10.619.065
Saldo de Exercício Anterior	3.654.144
DISPÊNDIOS (III+IV)	26.236.967
Despesa Orçamentária (III)	15.565.294
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	10.671.673
Saldo para o Exercício Seguinte	3.581.997
RESULTADO FINANCEIRO ((I+II)-(III+IV))	(72.147)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.

A NBCT – 16.2, Patrimônio e Sistemas Contábeis, aprovada pela Resolução/CFC 1.129/2008, alterada pela Resolução/CFC 1.268/2009, definiu cada um dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial.



*“**Ativo** – compreende recursos controlados pela entidade como resultado de evento passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;*

*“**Passivo** – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;*

*“**Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial** – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.”*

O Patrimônio líquido (diferença entre o somatório do ativo e passivo real) foi de R\$ 5,170 bilhões no exercício de 2014, conforme apresentamos na tabela 29.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 2,210, conforme apresentado no Demonstrativo de Superávit / Déficit Financeiro do anexo 14.

O valor de R\$ 7,127 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2014, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros, apesar de alguns órgãos já procederem a correção dos bens, estes não são ainda de valores significativos em relação ao total.



Tabela 29
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2014	R\$ Mil
Ativo Circulante		4.479.926
Realizável a Longo Prazo		547.325
Investimentos		1.086.683
Imobilizado		7.126.636
Intangível		4.392
Total do Ativo (I)		13.244.962
Passivo Circulante		715.839
Exigível a Longo Prazo		7.358.697
Total do Passivo Real (II)		8.074.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (III) = (I-II)		5.170.426

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.3.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou em 2014 um Patrimônio líquido de R\$ 5,170 bilhões, com uma variação negativa ante 2013 de 11,47% ou R\$ 673 milhões, sendo R\$ 557 milhões negativos de resultado do exercício e R\$ 116 milhões negativo de ajustes de exercícios anteriores, conforme demonstramos na tabela 30.

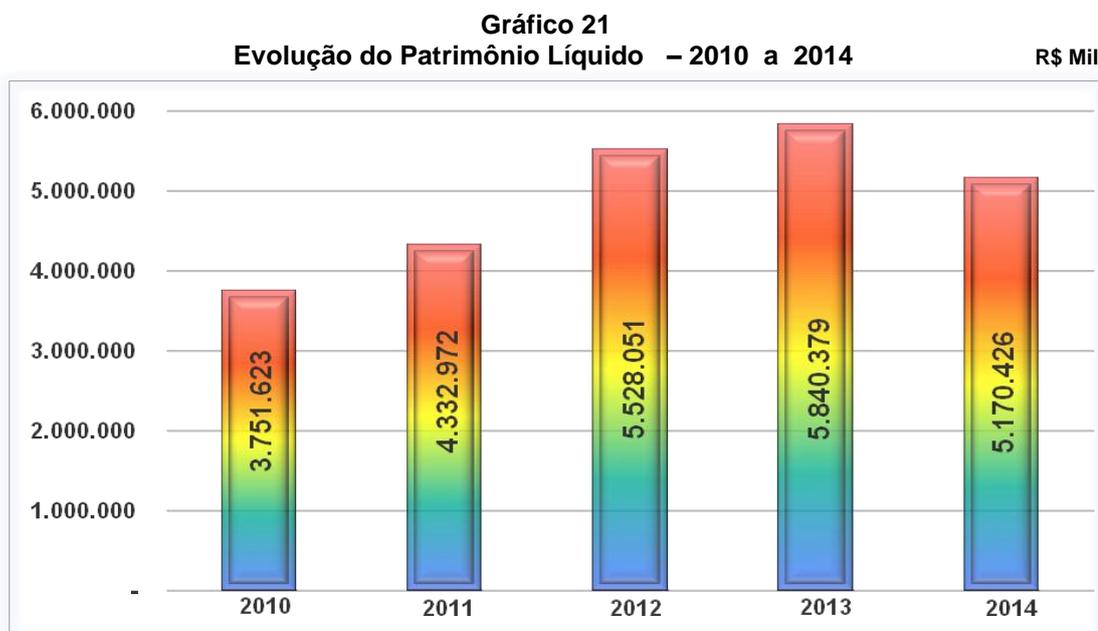
Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBCT 16, foram efetuados neste exercício, ajustes de perdas de Dívida Ativa no total de R\$ 2,699 bilhões que influenciou diretamente no resultado negativo do exercício de R\$ 557 milhões.

Tabela 30
Patrimônio Líquido

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ Mil	VAR. %
2010	279.561		3.751.623		8,05
2011	581.350		4.332.972		15,50
2012	1.195.078		5.528.051		27,58
2013	312.328		5.840.379		5,65
2014	(556.990)	(115.681)	5.170.426		-11,47

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 21, demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido, de 2010 a 2014, evidenciando resultados nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2014 ante 2010 de 37,82 %, ou R\$ 1,419 bilhão.



4.4 Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas, decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.



O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2014, foi apurado um resultado deficitário de R\$ 557 milhões, conforme demonstrado na tabela 31. Houve, neste exercício, contabilização dos ajustes de perdas de Dívida Ativa no total de R\$ 2,699 bilhões o que influenciou diretamente no resultado negativo do exercício.

Tabela 31
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	R\$ Mil 2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.172.212
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.829.197
Contribuições	1.983.356
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	201.465
Variações Financeiras	726.539
Transferências e Delegações Recebidas	4.223.303
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	1.408.366
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	799.985
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.729.201
Pessoal e Encargos	4.707.979
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.319.095
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.976.940
Variações Financeiras	790.614
Transferências e Delegações Concedidas	2.827.447
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.823.062
Tributárias	114.184
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.169.880
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	(556.990)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.5 Depreciação do Imobilizado

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.



O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados no exercício de 2010, a partir de 2011 os órgãos foram aderindo ao procedimento de depreciação gradativamente, considerando o ponto de corte, o exercício de adesão de cada órgão. Até 2014 foram incluídos 36 (trinta e seis) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 11 milhões, sendo R\$ 10 milhões para os Bens Móveis e R\$ 806 mil para os Bens Imóveis, conforme demonstrados na tabela 32.

Tabela 32
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

DEPRECIÇÃO	R\$ Mil	
	DEPRECIÇÃO ACUMULADA / ATÉ 2013	DEPRECIÇÃO ACUMULADA / ATÉ 2014
Bens Móveis	5.998	10.414
Bens Imóveis	491	806
TOTAL	6.489	11.220

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2014 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 484 milhões, representando 22,62% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2013. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 23 milhões, representando 1,07% do saldo do estoque da dívida existente em 2013. Foram recuperados R\$ 48 mil em adjudicações, os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 162 milhões representando 7,59% do saldo de 2013.



Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa – CDA (Anistia Fiscal) no valor total de R\$ 24 milhões, representando 1,13 % do saldo da dívida de 2013 .O saldo final do estoque da dívida em 2014, foi de R\$ 2,742 bilhões, com acréscimo nominal de 28,00% ante 2013, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 33.

Tabela 33
Demonstrativo da Dívida Ativa

	R\$ Mil	
DÍVIDA ATIVA	VALOR	% SOBRE 2013
Saldo em 31/12/2013	2.141.858	
(+) Inscrições em 2014	484.486	22,62
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	162.493	7,59
(-) Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	22.890	1,07
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	48	0,00
(-) Baixa de CDA's em 2014	24.281	1,13
SALDO EM 31/12/2014	2.741.617	28,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 19,27% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 80,73% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Projeto Avenida das Torres com AM 010, Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROINFRA, PROCONFIS (BID e BIRD), Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM, PROINVESTE e dívidas refinanciadas com a União.

A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2014, de R\$ 7,160 bilhões, com variação ante 2013 de 16,66%, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 34 e Gráfico 22.

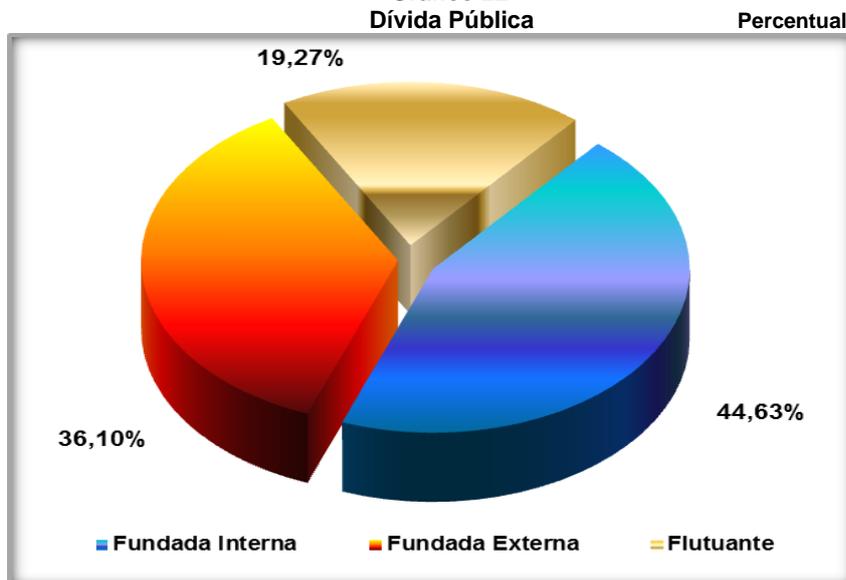


Tabela 34
Dívida Pública

DÍVIDA	VALOR		R\$ Mil	
	2013	2014	PART.	VAR.
Fundada Interna	3.013.147	3.194.766	44,63	6,03
Fundada Externa	1.654.316	2.584.946	36,10	56,25
Flutuante	1.469.754	1.380.013	19,27	(6,11)
TOTAL	6.137.216	7.159.725	100,00	16,66

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 22
Dívida Pública



A dívida fundada total de R\$ 5,780 bilhões, representa 26,18% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2014 totalizou R\$ 22.080 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

No exercício financeiro de 2014, houve um acréscimo nominal de 23,83% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2013. Esse fato é reflexo, principalmente, das operações de crédito recebidas em 2014 que totalizaram R\$ 1,130 bilhão, conforme tabela 35 e gráfico 23.

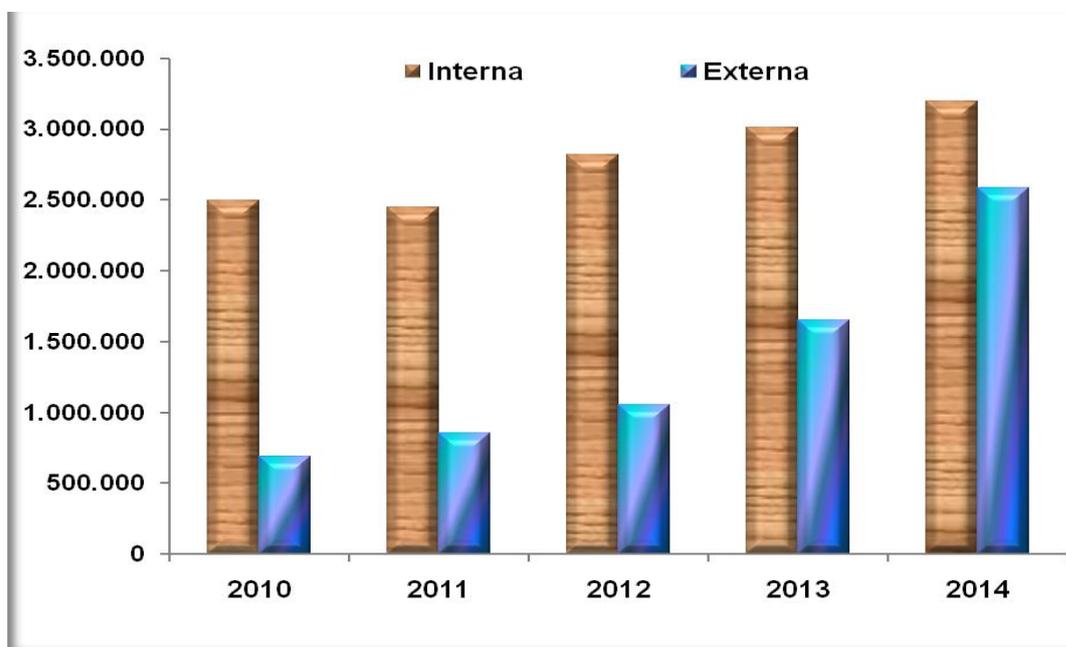


Tabela 35
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2010	2011	2012	2013	2014
Interna	2.497.385	2.450.158	2.821.061	3.013.147	3.194.766
Externa	691.132	852.032	1.056.912	1.654.316	2.584.946
TOTAL	3.188.517	3.302.190	3.877.973	4.667.463	5.779.712
RCL do Exercício	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956
Div. Fundada / RCL (%)	43,04	38,78	40,16	45,18	50,57

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 23
Evolução do Estoque da Dívida R\$ Mil



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.



Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II da LRF em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3.916 de 01/08/2013, Art.11, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definido a repartição para o Poder Legislativo da seguinte forma: 1,7% para Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,3% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

O Estado do Amazonas, em 2014, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 53,06% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 45,63%, ao Poder Legislativo 2,54%, ao Poder Judiciário 3,57% e ao Ministério Público 1,33%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 36, valores calculados pela SEFAZ, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF



Tabela 36
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	5.037.122	45,63
Pessoal Ativo	3.886.658	35,21
Pessoal Inativo e Pensionista	1.147.385	10,39
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	452.701	4,10
(-) Decorrentes de decisão Judicial	12.717	0,12
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	18.677	0,17
(-) Indenizações por Demissão	273	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	417.955	3,79
PODER LEGISLATIVO (II)	279.921	2,54
Assembléia Legislativa - ALE	153.902	1,39
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	126.019	1,14
PODER JUDICIÁRIO (III)	393.975	3,57
Tribunal de Justiça	393.975	3,57
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	147.162	1,33
Procuradoria Geral de Justiça	147.162	1,33
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	5.858.180	53,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	11.039.956	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	6.623.974	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	6.292.775	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados pela SEFAZ

Demonstramos, na tabela 37 e gráfico 24, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2010 a 2014, observa-se que o Estado se mantém dentro do limite da LRF, com ligeiro aumento ante 2010 de 3,75%, contribuindo para esse percentual o aumento nominal da RCL de 2014 ante 2010 de R\$ 3,632 bilhões ou 49,03%.

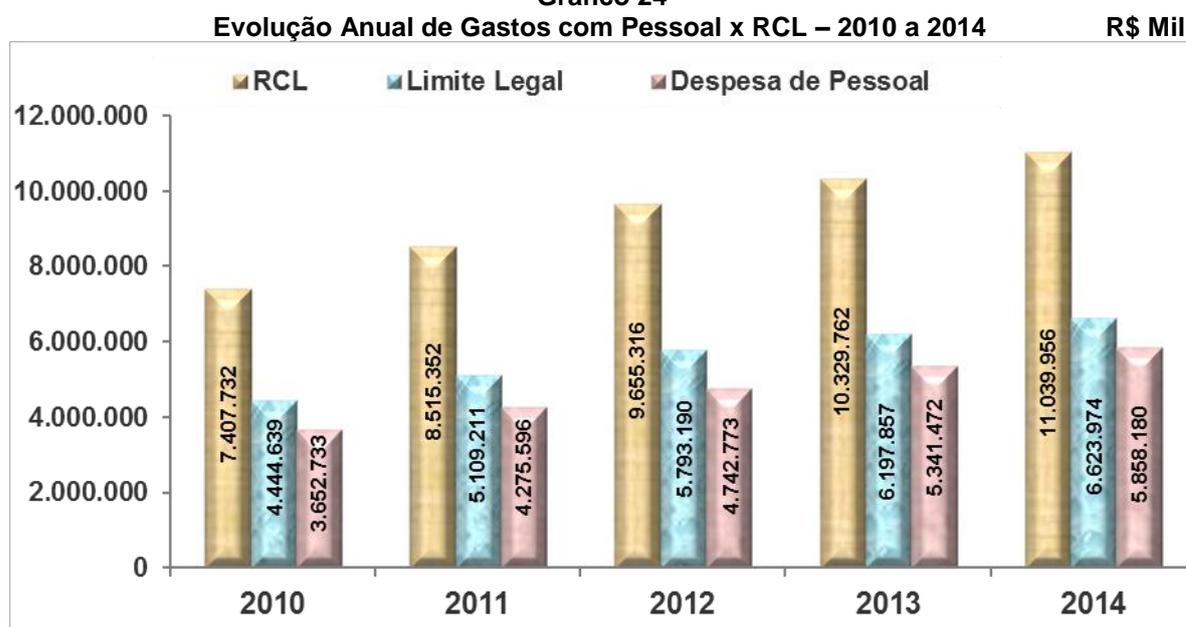


Tabela 37
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2010 a 2014

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
RCL	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956
Despesa de Pessoal	3.652.733	4.275.596	4.742.773	5.341.472	5.858.180
Limite Legal (60% s/ RCL)	4.444.639	5.109.211	5.793.190	6.197.857	6.623.974
% Relação Pessoal/RCL	49,31	50,21	49,12	51,71	53,06

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 24
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2010 a 2014



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2014, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,147 bilhões, correspondente a 25,03% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.



A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 2,160 milhões.

Tabela 38
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

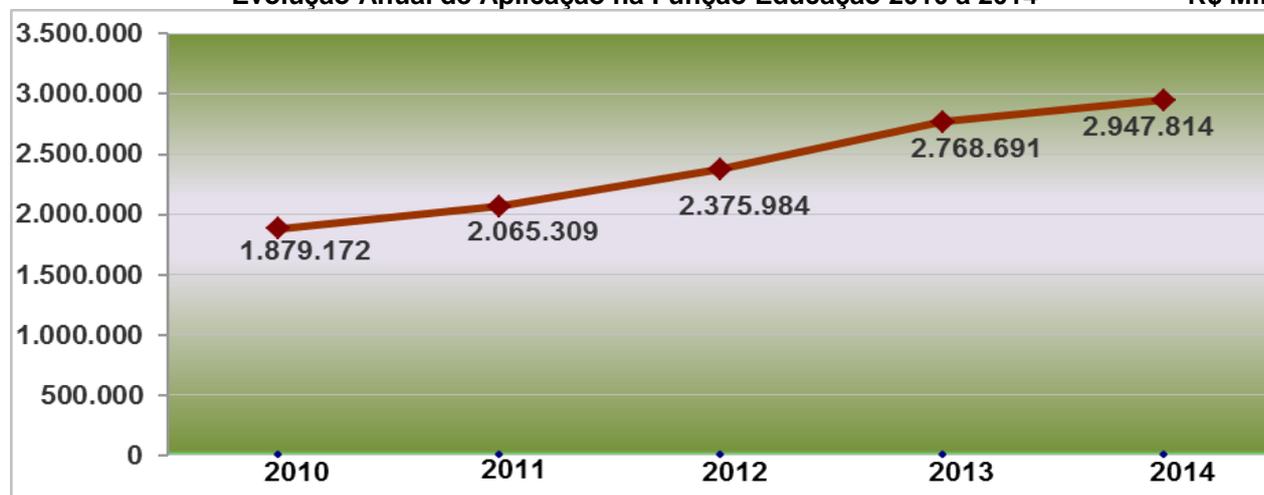
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		8.604.912
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		2.078.526
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.104.333
4. TOTAL (1+2-3)		8.579.104
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	2.144.776
6. VALOR APLICADO	25,03%	2.146.936
7. DIFERENÇA (6-5)	0,03%	2.160

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 2,377 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 571 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 2,948 bilhões, ou seja, R\$ 801 milhões a mais do valor aplicado, conforme tabela 38 acima.

Demonstramos, no gráfico 25, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2010 a 2014, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

Gráfico 25
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2010 a 2014 R\$ Mil



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios



Em 2014, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 571 milhões, ou seja, 35,33% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 39, por fonte.

Tabela 39
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	R\$ Mil % DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS e Acessórias	1.172.383	722.321	69,11	450.062	38,39
IPVA e Acessórias	28.185	25.537	2,44	2.648	9,40
ITCMD	1.781	770	0,07	1.011	56,79
ITR	0	107	0,01	(107)	-
FPE	405.209	184.855	17,69	220.354	54,38
FPM	0	106.394	10,18	(106.394)	-
IPI	5.652	3.438	0,33	2.214	39,17
Lei Kandir	2.948	1.793	0,17	1.155	39,17
TOTAL	1.616.158	1.045.215	100,00	570.943	35,33

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2014, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,903 bilhão, ou 22,18%, excedendo em R\$ 873 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 40.



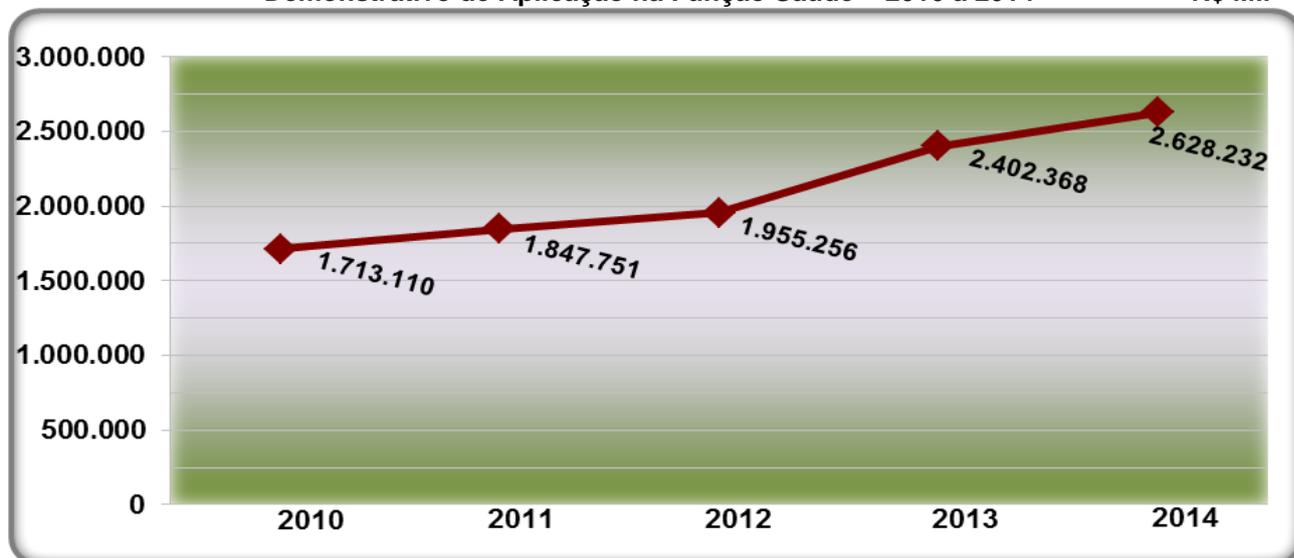
Tabela 40
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		8.604.912
2. Transferências da União		2.078.464
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.104.333
4. Total (1+2-3)		8.579.042
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	1.029.485
6. TOTAL APLICADO	22,18%	1.902.788
7. DIFERENÇA (6-5)	10,18%	873.303

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2014, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,628 bilhões, R\$ 725 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional. No gráfico 26 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2010 a 2014.

Gráfico 26
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde - 2010 a 2014 R\$ Mil





8 - PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

Há alguns anos o setor público no Brasil tem experimentado o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC (Federação Internacional de Contadores). Na esteira dessas mudanças, o Conselho Federal de Contabilidade editou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, a serem gradativamente implantadas pelos entes federados.

Em âmbito nacional, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) vêm editando diversas portarias e manuais a fim de regulamentar os procedimentos e prazos referentes à convergência em todos os entes da Federação. Trata-se de um programa prioritário de Governo, envolvendo uma mudança radical não só nos sistemas, mas na própria forma de pensar a contabilidade do setor público, com a introdução de novos conceitos, demonstrações e metodologia.

Para a execução deste projeto no âmbito do Estado do Amazonas foi constituído, por meio do Decreto Estadual nº 32.108, de 08.02.2012, o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis do Estado do Amazonas – GTCO/AM, como serviço público relevante e programa prioritário de governo, tendo como responsabilidade a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Por meio da Portaria Nº 264, de 23 de julho de 2013, foram nomeados os membros do Grupo Técnico, a saber: Maria da Conceição Guerreiro da Silva – Coordenadora, Aderson Silva e Costa, Denis Moura de Oliveira Rocha, João Soares de Oliveira, Luiz Otávio da Silva, Marluce Marques de Farias e Valdênia Santos Martins de Pinho, funcionários da SEFAZ; Abel Gomes da Silva Neto, Eduardo Távora de Albuquerque Taveira e Maísa Vidal Teixeira, funcionários da empresa Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM, que compõem a equipe de TI do Sistema de Administração Financeira



Integrada do Estado - AFI. Este grupo também contou com apoio do Gerente de Contabilidade Jefferson de Oliveira Carlos, do Assessor de Contabilidade Rozendo Galdino e do Analista do Tesouro Francisco Arnóbio Bezerra, funcionários da SEFAZ e das Contadoras terceirizadas Haida Jéssica Pereira de Carvalho e Juliana Fernandes e Oliveira.

As primeiras medidas adotadas por este grupo foram: estudar os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, buscar capacitação com técnicos envolvidos diretamente no processo de convergência às NBCASP, participar de grupos técnicos da STN e de contadores estaduais e analisar a capacidade do sistema AFI em absorver o processo de convergência.

Outro fato importante foi a decisão corajosa e desafiadora deste grupo em adequar o sistema AFI, uma vez que não existia no país nenhum sistema comercializado que atendesse às novas Normas com o nível de informação, controle e integrações existentes no sistema AFI. Vale ressaltar que a confiança do Secretário de Fazenda a época, Dr. Isper Abraham, e o apoio na solução das demandas do Grupo Técnico por parte do Secretário de Fazenda Afonso Lobo foram imprescindíveis para cumprimento das obrigações deste grupo.

Ressaltamos a importância fundamental do trabalho realizado pelos funcionários da SEFAZ, Denis Moura Rocha e João Soares e dos funcionários da PRODAM, Eduardo Taveira e Maísa Vidal, pela condução na elaboração das novas regras e implementação no sistema AFI.

O Grupo foi incumbido, dentre outras atividades, as que seguem:

I – Revisão de rotinas operacionais e de controle dos atos e fatos praticados no âmbito da gestão pública estadual;



II – Orientação e acompanhamento da adequação nos sistemas de gestão de bens móveis, imóveis e almoxarifado, dos créditos tributários e não tributários, da arrecadação, das obrigações e demais controles dos fatos que afetem o patrimônio público estadual;

III – Conversão no sistema AFI do Plano de Contas Único do Estado, dos Eventos Contábeis, das rotinas operacionais e de registros contábeis, dos Balanços, dos Demonstrativos, Anexos e relatórios ao novo modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;

Os resultados já alcançados pelo Grupo Técnico neste período incluem a convergência do sistema AFI às Normas, bem como a criação, através do sistema AFI, dos Balanços e das novas Demonstrações Contábeis para todos os órgãos do Poder Executivo, dos demais poderes e consolidado do Estado. É importante ressaltar, que a convergência do sistema AFI às Normas, conservando os controles já existentes e suas integrações, teria um elevado custo para o Estado. Isso representa uma substancial economia aos cofres públicos estaduais.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2014. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Dentre os esforços já realizados, podemos citar a convergência do Sistema AFI às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tornou possível



gerar os Balanços dos órgãos e o consolidado do Estado, além das constantes melhorias que auxiliam os Gestores e ao próprio Governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública, a Gerência de Contabilidade, ao Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado e na implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2014.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 31 de março de 2014.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM